



Matérias de interesse SEB 19/08/2021

Diretorias Institucionais e Socioambiental

Reformas

- É possível que ainda exista espaço para concluir a privatização dos Correios no Senado e a aprovação de uma reforma administrativa com impacto fiscal limitado na Câmara
- A mobilização dos servidores e a resistência das forças armadas deve refletir em um impacto fiscal limitado da matéria
- Sobre a reforma tributária, ficou claro que o objetivo sempre foi arrecadatório, passando longe da simplificação e racionalização do sistema.
- Ainda que o PL sobre IR avance na Câmara, o Senado deverá priorizar questões federativas para não aprovar o projeto.



Reforma Tributária – Perspectivas:

- O **PL 2337/21 (IR)** tem uma perspectiva mais positiva, diante do apelo trazido pela desoneração de IR (Redução de de 15% para 2,5%). O principal entrave a ser resolvido será a nova proposta de taxação de lucros e dividendos (alíquota de 20%);
- O projeto estava na pauta dessa semana da Câmara, mas a deliberação foi adiada mais uma vez;
- A aprovação do PL é importante para Lira e poderá levar à um texto mais enxuto e menos controverso, buscando assegurar um resultado favorável;
- Já as PECs, tem uma probabilidade menor de avançarem, em razão do alto quórum (2/3 em 2 turnos);
- Qualquer mudança deverá ser aprovada este ano, pois em ano de eleição será ainda mais difícil.



Geração Distribuída (PL 5829/2019)



- O relator, dep. Lafayette de Andrada, apresentou seis versões do parecer com substitutivo
- No 1º semestre, projeto foi pautado por várias semanas no Plenário, mas não conseguiu avançar
- No fim de maio, o VP Marcelo Ramos apresentou um texto alternativo por emenda, como forma de pressionar um acordo com o relator, o que levou a matéria a sair de pauta
- Com o impasse, o MME decidiu mediar a discussão e chegar a um texto comum
- A negociação entre MME, ANEEL, Lafayette, Ramos e as entidades do setor resultou em um texto de acordo que foi assinado por todos os envolvidos na última semana
- O acordo foi levado ao presidente Lira que concordou com a inclusão em pauta
- Ontem (18), o projeto foi aprovado pela Câmara com **476 votos favoráveis** e 3 contrários



Crise Hídrica

- A atual crise hídrica vem gerando repercussões no Congresso
- Diversos requerimentos de audiência pública já foram apresentados no Congresso, mas ainda não houve um aumento de proposições sobre o tema
- A CME já realizou duas audiências para discutir a crise, uma delas com
 - Ministro Bento
- A expectativa é que agora no segundo semestre, como é esperado um agravamento da crise e da situação dos reservatórios, que o tema continue movimentando as discussões no Congresso



MP 1055/2021 - CREG

- No dia 26 de junho, foi editada a MP 1055/2021, que institui a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (CREG);
- A MP recebeu 248 emendas, em sua grande maioria buscando incluir novas entidades na CREG, suspender a reavaliação do sistema de cotas das hidrelétricas e incentivar o desenvolvimento de fontes renováveis;
- Em 14 de julho, o deputado Adolfo Viana (PSDB-BA) foi designado relator da matéria, mas ainda não apresentou parecer;
- A deliberação da MP 1055/2021 deverá ocorrer até 7/11. A expectativa é de que os parlamentares dimensionem a urgência do tema de acordo com as avaliações do cenário hídrico.



Modernização do SEB (PL 414/21)

- Após a retirada do recurso no Senado, o PLS 232 foi enviado à Câmara, passando a tramitar como PL 414/2021

- O projeto ainda não recebeu despacho, mas há três caminhos possíveis:

• Apensamento ao PL 1917 – tramita pela Comissão Especial

O U

Tramitação independente pelas Comissões

O U

Requerimento de urgência (menos provável)

- Ainda não há definição se a estrutura/composição da Comissão Especial do 1917 seria mantida, especialmente quanto ao relator
- Nesta semana a CME aprovou um requerimento do Dep. Ganime para discutir o PL
- A matéria deverá sofrer alterações e adequações, fazendo com que volte ao Senado

Licenciamento Ambiental (PL 2159/21)

- Após divergências com o antigo relator, dep. Kim Kataguiri, o presidente Arthur Lira optou por indicar Neri Geller (PP-MT) para relatar a o PL 3729 em plenário
- Geller é membro da FPA e próximo da bancada ruralista
- Apesar da obstrução da Oposição, a matéria foi aprovada com certa facilidade na Câmara
- O texto foi bem recebido pelo setor produtivo por facilitar a concessão de licenças ambientais, mas criticada por algumas entidades ambientalistas
- A matéria chegou no Senado e agora passa a tramitar na forma do PL 2159/21
- A Sen. Katia Abreu (PP-TO) foi designada relatora
- Circula nos bastidores, que a Sen. Katia Abreu disputará cargo para Ministra do TCU. Assim, poderá abrir mão da relatoria
- Em conversas, o Ministro Ciro Nogueira articula a deliberação da matéria entre setembro e outubro.



Debêntures de Infraestrutura (PL 2646/20)

- Na condição de relator, o dep. Arnaldo contemplou as preocupações apresentadas pela equipe econômica do Governo, equilibrando a proposta.
- Com isso, em 8 de julho de 2021, em uma votação praticamente unânime o Plenário da Câmara aprovou o PL 2646/2020 na forma do texto proposto pelo relator;
- O projeto foi encaminhado para o Senado, onde o senador Wellington Fagundes (PL-MT) foi designado como relator de Plenário. Vale destacar que o senador é presidente da Frente Parlamentar Mista de Logística e Infraestrutura e participou das discussões e articulações junto ao deputado Arnaldo Jardim;
- A expectativa é de que a proposta tenha uma tramitação bastante célere no Senado, com possibilidade de aprovação nas primeiras semanas após o recesso parlamentar.



Terras para Estrangeiros (PL 2963/19)

- O projeto foi aprovado no fim de 2020 no Senado, após apelo do autor, sen. Irajá;
- O relator em Plenário, Rodrigo Pacheco, fez algumas alterações de redação no parecer, mas não acatou uma emenda sugerida pelo SEB que buscava trazer mais segurança jurídica ao setor
- A matéria foi enviada à Câmara, mas ainda aguarda despacho
- A expectativa é que o projeto sofra mais resistência na Câmara, mas a proximidade de Lira com a bancada ruralista pode auxiliar na tramitação
- O Presidente Bolsonaro já se posicionou contrário à proposta, mas há a expectativa de que o impacto positivo para o agro negócio consiga neutralizar a posição.

Custos na operação de hidrelétricas (PL 5434/20)

- O projeto altera a lei no. 10.438, de 2002 para garantir que os reservatórios das usinas hidrelétricas operem obedecendo os níveis d'água mínimos operativos e autoriza que recursos da CDE sejam destinados a equalizar os possíveis custos adicionais na operação de usinas hidrelétricas.
- Foi despachado para análise da CME, CFT e CCJC
- Na CME, o Dep. Domingos Sávio (PSDB-MG) foi designado Relator da matéria
- Não foram apresentadas emendas ao projeto
- A matéria não sofreu novas movimentações


SCN Quadra 4
Ed. Centro Empresarial Varig
Sala 201-A - Asa Norte
Brasília - DF - Brasil
Tel : +55 (61) 3326-7122
www.abiape.com.br

Obrigado!



